

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 9ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Realizada por videoconferência – 07/08/2020 – 09h30min

Membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Representação por procuração
01	IGAM – MG	Thiago Figueiredo Santana	Titular	Presente	
	IEF	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Ausente	
02	SIMA	Luiz Roberto Moretti (Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL)	Titular	Presente	
		André Luiz Sanchez Navarro (Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ e Coordenador da CT-PB)	Titular	Ausente	
	CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar	Suplente	Ausente	
		José Ferreira Assis	Suplente	Presente	
03	Secretaria da Fazenda	Afonso Celso Rocha Mastrelli	Titular	Ausente	
		Luiz Henrique Martins Moreira	Titular	Ausente	
	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Suplente	Ausente	
		Mara Regina S. Ramos	Suplente	Ausente	
04	Secretaria de Desenvolvimento Regional	Gabriel Chamma Júnior	Titular	Presente	
		Alexandre Roberto Seabra Dutra	Titular	Ausente	
	Secretaria de Desenvolvimento Social	Maria Aparecida Ribeiro Germek	Suplente	Ausente	
		Ana Maria Leme da Silva Sampaio	Suplente	Ausente	
05	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Denis Herisson da Silva	Titular	Presente	
		Gustavo Ferraz de Arruda Vieira	Titular	Ausente	
	CODASP	Thomas Henrique da Cunha Daroz	Suplente	Ausente	
		Osvaldo Minoru Yamamoto	Suplente	Ausente	
06	Secretaria de Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Titular	Ausente	
		Marcos César Prado	Titular	Presente	
	DAEE	Sebastião Vainer Bosquilia	Suplente	Ausente	
		Felipe Gobet de Aguiar	Suplente	Presente	
07	P. M. de Limeira	Mário Celso Botion	Titular	Ausente	
		Paulo Trigo Ferreira	Titular	Ausente	
	P. M. de Campinas	Jonas Donizette Ferreira	Suplente	Presente	
		Rogério Menezes	Suplente	Ausente	
08	P.M. de Saltinho	Carlos Alberto Lisi	Titular	Ausente	
		Ariella Machado de Oliveira Montebello (Secretária da CT-SA)	Titular	Presente	
	P. M. de Cabreúva	Henrique Martin	Suplente	Ausente	
		Rosimeire Rabelo Santos Timporim	Suplente	Ausente	
09	P. M. de São Pedro	Hélio Donizete Zanatta	Titular	Ausente	
		Thiago Silvério da Silva	Titular	Ausente	
	P.M. de Santa Maria da Serra	Narciso Benedito Bistafa	Suplente	Ausente	
		Persão Magossi	Suplente	Ausente	
10	P. M. de Itatiba	Douglas Augusto Pinheiro de Oliveira	Titular	Ausente	
		José Roberto Fumach	Titular	Ausente	
	P. M. de Atibaia	Saulo Pedroso de Souza	Suplente	Ausente	
		Fabiane Cabral da Costa Santiago	Suplente	Ausente	
11	P. M. de Holambra	Fernando Fiori de Godoy	Titular	Ausente	
		Petrus Bartholomeus Weel	Titular	Presente	
	P. M. de Amparo	Luiz Oscar Vitale Jacob	Suplente	Ausente	
		Laura Petri Geraldino	Suplente	Presente	
12	P. M. de Toledo	Édio Donizeti Leme	Titular	Ausente	
		Damião Aparecido do Couto (Presidente em exercício do CBH-PJ1)	Titular	Presente	
	P. M. de Camanducaia	Edmar Cassalho Moreira Dias	Suplente	Ausente	
		Ariane Cristina da Silva	Suplente	Presente	
13	ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme	Titular	Presente	

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 9ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Realizada por videoconferência – 07/08/2020 – 09h30min

		Paulo Roberto S. Tinel (Coordenador-adjunto da CT-MH)	Suplente	Presente	
14	SABESP	Antônio Carlos Teixeira	Titular	Ausente	
		Maurício Polezi	Titular	Presente	
	ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão	Suplente	Presente	
		Ricardo Miranda Barcia Filho	Suplente	Ausente	
15	FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella (Coordenador da CT-MH)	Titular	Presente	
	UNICA	André Elia Neto	Suplente	Ausente	
16	CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti	Titular	Presente	
	CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno	Suplente	Presente	
17	Sindicato Rural de Campinas	Luis Fernando Amaral Binda	Titular	Presente	
	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi (Coordenador da CT-Rural)	Suplente	Presente	
18	FIEMG	Laene Fonseca Vilas Boas	Titular	Presente	
		Kamila Vilela Barros Santos	Titular	Ausente	
	COPASA	Cristiane Godoy de Salles	Suplente	Ausente	
19	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente	
		Jussara Cordeiro Santos	Titular	Ausente	
	INEVAT	Francisco Antonio Moschini	Suplente	Presente	
20	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Titular	Presente	
		Gilda Carneiro Ferreira	Titular	Ausente	
	IPSA-C	Waldemar Bóbbó	Suplente	Ausente	
21	Rotary International - D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi (Coordenador-adjunto da CT-ID)	Titular	Presente	
	Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco	Suplente	Presente	
22	ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto (Coordenador-adjunto da CT-SA)	Titular	Presente	
	AEJ	Luiz Carlos Piccione	Suplente	Presente	
23	IPE	Andrea Pupo Bartazini	Titular	Presente	
	Mackenzie (Campinas)	Rosani Franco de Faria Novaes	Suplente	Presente	
		Luciano de Assis	Suplente	Ausente	
24	BIOSS	Sidney José da Rosa	Titular	Presente	
	Circuito Serras Verdes	Clodoaldo Antonio da Costa	Suplente	Ausente	

Membros sem direito a voto				
Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
CT-AS	IPT	José Luiz Albuquerque Filho	Coordenador-adjunto	Presente
	DAEE	Júlia Octaviano Noale	Secretária	Presente
CT-ID	EESC/USP	Tadeu Fabrício Malheiros	Coordenador	Presente
	Rotary International - D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi	Coordenador-adjunto	Presente
	ABES-SP	Dafne Córrea da Silva	Secretária	Presente
CT-Indústria	CIESP DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti	Coordenador	Presente
CT-MH	FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella	Coordenador	Presente
	ASSEMAE	Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Coordenador-adjunto	Presente
	SANASA	Luís Filipe Rodrigues	Secretário	Presente
CT-OL	DAEE	Cecília de Barros Aranha	Coordenadora	Presente
	DAEE	Ariana Rosa Bueno Damiano	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-PB	IPSA-C	Raquel Eliana Metzner	Coordenadora-adjunta	Presente
	DAEE	Viviane Maria Beduschi de Arantes	Secretária	Presente
CT-RN	IZ/APTA	João José A. de Abreu Demarchi	Coordenador	Presente
	Cooperativas de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel	Coordenador-adjunto	Presente

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

### Ata da 9ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Realizada por videoconferência – 07/08/2020 – 09h30min

CT-RURAL	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi	Coordenador	Presente
	Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin	Coordenador-adjunto	Presente
	P.M. de Atibaia	Marcos Roberto Albertini	Secretário	Presente
CT-SA	P.M. de Saltinho	Ariella Machado de Oliveira Montebello	Coordenadora	Presente
	ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto	Coordenador-adjunto	Presente

### Membros da Câmara Técnica do Plano de Bacias – CT-PB (com direito a voto)

Entidade	Representante	Participação
ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão	Presente
	Luiz Pannuti Carra	Presente
ANA	Osman Fernandes da Silva	Presente
ASSEMAE	Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Presente
CDRS	Denis Herisson da Silva	Presente
CETESB	Eduardo Mazzolenis de Oliveira	Presente
CIESP DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno	Presente
Consórcio PCJ	Flávio Forti Stenico	Presente
	Francisco Carlos Castro Lahóz	Presente
	Lilian Cristina de Moraes Guimarães Bozzi	Presente
Consórcio Piraí	Francisco Antonio Moschini	Presente
	Roberto Mario Polga	Presente
DAAE – Rio Claro	Matheus Henrique Gonçalves	Presente
DAE Jundiá	Maria das Graças Martini	Presente
	Martim de França Silveira Ribeiro	Presente
	Rosemeire Aparecida Moreira	Presente
DAEE	Viviane Maria Beduschi de Arantes	Presente
FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella	Presente
INEVAT	Márcia Aparecida Caruso	Presente
IPÊ	Andrea Pupo Bartazini	Presente
IPSA-C	Raquel Eliana Metzner	Presente
IPT	Priscilla Moreira Argentin	Presente
P. M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel	Presente
P.M. de Indaiatuba	Danielle França Nery	Presente
P.M. de Jaguariúna	Silvana Turolla Broleze	Presente
Rotary International – D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi	Presente
SAA	Denis Herisson da Silva	Presente
SABESP	Lara Dias de Jesus e Sousa	Presente
	Maurício Polezi	Presente
	Nilton de Santana	Presente
SANASA	Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Presente
SEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme	Presente
SORIDEMA	Raquel Eliana Metzner	Presente

### Demais presentes

Sigla da Entidade	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Sergio Razera (Diretor-presidente)
	Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi (Diretora Técnica)
	Ivens de Oliveira (Diretor Administrativo e Financeiro)
	Eduardo Cuoco Léo (Coordenador de Sistemas de Informações)

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 9ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Realizada por videoconferência – 07/08/2020 – 09h30min

Fundação Agência das Bacias PCJ	Elaine Franco de Campos (Coordenadora de Projetos)
	Katia Rossi Gotardi (Coordenadora de Gestão)
	Vanessa Cristina Bortolazzo Longato (Coordenadora de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos)
	Aline Doria de Santi
	Bruna Caroline Juliani
	Bruno Aranda
	Danilo Carlos Ferreira Costa
	Douglas Brunelli
	Gabriel Gualda
	Gabriela Nery da Silva de Mattos
	Juliana Franco Ustulin
	Juliana Prado Guilmo
	Karla Romão
	Lucas Barbosa
	Luiz Colassio
DAE Jundiá	Maria das Graças Martini
IGAM	Maria de Lourdes Amaral

1. **Pauta e abertura:** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) por meio de mensagem eletrônica em 31/07/2020. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e informou a pauta para a reunião: Apreciação do Relatório Final e Relatório Síntese do Plano de Bacias Hidrográficas das Bacias Piracicaba Capivari e Jundiá 2020-2035 e Apreciação do Plano de Ação e o Programa de Investimentos (PA/PI) para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2020 a 2023. Em seguida passou a palavra à Sr<sup>a</sup>. Raquel Eliana Metzner, coordenadora-adjunta da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB), que agradeceu a presença de todos. Na sequência, passou a palavra para o Sr. Tiago Georgette, Assessor Técnico da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Agência das Bacias PCJ, que informou sobre as normas para a realização da reunião por videoconferência. O Sr. Moretti passou a palavra para o Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou a todos e relatou sobre a importância do trabalho de construção do plano de bacias, que

30 envolveu todas as Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ no seu processo de elaboração. Ressaltou também o foco na governança das ações do mesmo, já que passou da fase de ser uma lista de sonhos para as Bacias PCJ, mas tornou-se para um processo de alinhamento entres os recursos disponíveis e as ações necessárias para a execução e atendimento das metas a serem alcançadas. Ressaltou, também, que há uma série de investimentos a serem realizados com fontes e recursos outras que não a cobrança federal e o FEHIDRO, mas que esforços serão dirigidos para buscar sua efetivação. Por fim, agradeceu ao esforço de todos os envolvidos no processo de revisão, aos membros da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) e à equipe do Consórcio Profill-Rhama.; **2. Apreciação do Relatório Final e do Relatório Síntese do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá 2020-2035.** O Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Sidnei Agra, representante do Consórcio Profill-Rhama, que deu início à apresentação do Relatório Final e do Relatório Síntese, abordando os seguintes pontos: a) Contexto de elaboração e etapas da revisão do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035; b) Principais resultados do Diagnóstico; c) Principais resultados do Prognóstico; d) Principais resultados do Plano de Ações. O Sr. Sidnei informou que o

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

**Ata da 9ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB**

**Realizada por videoconferência – 07/08/2020 – 09h30min**

trabalho foi desenvolvido em quatro etapas: a Etapa Preliminar teve início em agosto de 2016 e tratou da  
60 organização e do planejamento dos trabalhos; a Etapa 1, referente a uma primeira versão revisada do plano, aprovada pelos Plenárias em abril de 2018, voltada ao atendimento para que os Comitês de Bacias Hidrográficas paulistas concluíssem a  
65 revisão de seus Planos de Bacias; as Etapas 2 e 3, iniciadas a partir de maio de 2018, voltadas à elaboração dos cinco cadernos temáticos – (i) Garantia de Suprimento Hídrico, (ii) Águas Subterrâneas, (iii) Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias, (iv)  
70 Conservação e Uso do Solo e da Água no Meio rural e Recomposição Florestal, (v) Enquadramento dos Corpos d'Água Superficiais – e finalizadas em dezembro de 2019; e a Etapa Final, referente à consolidação dos estudos no Relatório Final e seu  
75 Relatório Síntese. Em fevereiro de 2020 foi realizada consulta pública sobre os documentos finais, sendo apresentadas versões do relatório final e do relatório síntese. Destacou que devido à  
80 pandemia e o adiamento das reuniões, somente agora reuniram-se condições para a apreciação do relatório final pela CT-PL e CT-PB. Explicitou que o trabalho considerou as seguintes diretrizes: a utilização dos estudos já existentes para as Bacias PCJ; o levantamento de dados secundários; a consistência e a complementação dos dados secundários em visita técnica aos municípios, de  
85 forma a buscar informações referentes ao saneamento básico para inserção no Sistema de Suporte à Decisão das Bacias PCJ (SSD-PCJ); elaboração dos cadernos temáticos e de um caderno referente ao Plano Diretor de Recursos Hídricos da UPGRH PJ1 (porção mineira da bacia), objeto de audiência pública em outubro de 2019. Informou, quanto à metodologia de estudo e análise, que foram consideradas as Bacias PCJ como um todo, bem como suas sete sub-bacias, sendo estas divididas em  
90 37 (trinta e sete) zonas e 225 (duzentos e vinte cinco) Áreas de Contribuição (ACs). As ACs constituíram as menores áreas nas quais os dados estão agregados e há informações disponíveis. Explicou que, em novembro de 2016, foi realizado levantamento de campo para um reconhecimento fisiográfico, mapeamento para uso do solo e levantamento fotográfico. Informou que foram  
105 visitados 40 (quarenta) municípios, onde buscou-se levantar informações sobre o uso da água, esgotamento sanitário, planos e projetos, usos da água e seus conflitos. Outros 25 (vinte e cinco) municípios foram estudados por meio da interação

com as três regionais da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP); cinco através da regional da Companhia de Saneamento Básico do Estado de Minas Gerais (COPASA).  
115 Trinta municípios receberam formulários para outras questões que estavam além das contribuições das companhias de saneamento, sendo tal levantamento concluído em 28 de junho de 2017. O mapeamento do uso do solo proporcionou um  
120 efetivo ganho de informações para as Bacias PCJ, devido à alta resolução das imagens utilizadas e ao maior detalhamento em comparação com o realizado na versão anterior do plano. Pôde-se quantificar áreas de campo, áreas de mata nativa,  
125 áreas de cana de açúcar e urbanizadas como as principais feições do mapa. No mapa de Unidades de Conservação (UCs) foram mapeadas 44 (quarenta e quatro) Unidades de Conservação, sendo 11 (onze) de proteção integral e 33 (trinta e três) de uso sustentável. O Sr. Sidnei informou ter  
130 havido avanço, também, em relação aos estudos populacionais, importantes como indicadores e subsídio para análises de demanda e cargas poluidoras, sendo destinado um capítulo a tais informações, que incluem a projeção populacional e a concentração urbana e rural em cada município, por exemplo. Elencou alguns dos indicadores de desempenho do setor de saneamento, levantados a partir da visita aos municípios. Para o abastecimento de água observou-se índices médios de 94%  
140 (noventa e quatro por cento) de atendimento e índice médio de perdas de 34% (trinta e quatro por cento). Para esgotamento sanitário, foram encontrados valores avançados se comparados à realidade nacional, mas abaixo dos indicadores de abastecimento de água, sendo 90% (noventa por cento) para a coleta e 75% (setenta e cinco por cento) para o tratamento de esgoto. Em relação à disposição de resíduos sólidos, foram observados  
150 municípios que dispõem seus resíduos sólidos em aterros sanitários dentro do próprio território municipal e municípios que destinam seus resíduos sólidos para aterros sanitários em outros municípios, havendo também municípios que fazem a disposição dos resíduos sólidos em valas. Informou que a temática do saneamento rural também foi abordada, tendo sido possível verificar que grande parcela das propriedades não possui infraestrutura adequada de saneamento básico.  
160 Quanto ao enquadramento dos corpos hídricos das Bacias PCJ, foram observadas áreas críticas relacionadas à presença, em desacordo com o padrão das classes de qualidade, dos parâmetros

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 9ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Realizada por videoconferência – 07/08/2020 – 09h30min

165 Fósforo e Coliformes Fecais. Destacou-se, também,  
a presença de amônia em desconformidade em  
alguns pontos. Informou que a avaliação da  
qualidade da água foi realizada por ponto de  
monitoramento, por parâmetro e por sub-bacia,  
considerando a sazonalidade dos períodos seco e  
170 úmido na evolução ano a ano para o período 2009 a  
2015. Ressaltou que foi utilizado também, no  
diagnóstico da qualidade das águas, o Índice de  
Conformidade ao Enquadramento (ICE), que  
possibilita medir o quanto a situação verificada se  
175 distancia do enquadramento vigente. Quanto aos  
aspectos quantitativos, utilizou-se como  
disponibilidade hídrica superficial, considerando a  
vazão  $Q_{7,10}$  (menor vazão registrada durante 7 dias  
num período de retorno de 10 anos) o valor de 40,67  
180  $m^3/s$  (quarenta mil, seiscentos e setenta litros por  
segundo). Estimou-se, ainda, haver disponível  
como água subterrânea, nas Bacias PCJ,  
correspondente a 25,1  $m^3/s$  (vinte e cinco mil e cem  
litros de água por segundo). A demanda estimada  
185 para o conjunto das Bacias PCJ foi de 35,68  $m^3/s$   
(trinta e cinco mil, seiscentos e oitenta litros por  
segundo), sendo os principais usos: 45% (quarenta  
e cinco por cento) para o abastecimento público;  
30,6% (trinta por cento e seis décimos) para  
190 indústria; e 22,2% (vinte e dois por cento e dois  
décimos) para irrigação. O Sr. Sidnei explicou que,  
na elaboração do prognóstico, utilizou-se como base  
para as projeções populacionais o trabalho “IPEA –  
Brasil 2035”, do Instituto de Pesquisa Econômica  
195 Aplicada, também com horizonte temporal de 2020  
a 2035. Assim, foi possível projetar, para 2035, em  
cenário tendencial, um salto na demanda, de 35  $m^3/s$   
(trinta e cinco metros cúbicos por segundo) para  
aproximadamente 46  $m^3/s$  (quarenta e seis metros  
200 cúbicos por segundo). O conjunto de barramentos  
existentes e a construção dos reservatórios de  
Campinas, Pedreira, Duas Pontes e Pirai auxiliarão  
no atendimento dessa demanda futura. Do ponto de  
vista qualitativo, considerando um cenário voltado  
205 à efetivação do enquadramento, em uma primeira  
análise realizada, observou-se que seriam  
necessárias intervenções voltadas a melhorias ou à  
implantação de sistema de tratamento terciário, em  
todos os municípios, da ordem de R\$16 bilhões  
210 (dezesesseis bilhões de reais) até 2035. Discutido esse  
cenário com diversos atores - Consórcio PCJ,  
Agência de Bacias PCJ, Câmara Técnica do Plano  
de Bacias (CT-PB), CETESB, Ministério Público  
(MP) e outros atores interessados – entre outubro e  
215 novembro de 2019, acordou-se pela inviabilidade  
financeira e técnica da proposta. A partir do debate

entre tais atores, foi possível a construção de um  
cenário de referência para o planejamento até 2035,  
sendo priorizado o tratamento terciário em alguns  
220 municípios e, após simulações no SSD-PCJ,  
definidas metas de performance para cada  
município e Estação de Tratamento de Esgotos  
(ETE). Para as áreas críticas e com prioridade para  
a gestão dos recursos hídricos, realizou-se uma  
225 seleção de critérios, estabelecendo faixas de  
prioridade elencadas a partir da soma de critérios  
como o valor de indicadores e pesos diferenciais.  
No tema do enquadramento dos corpos hídricos, por  
exemplo, as prioridades referentes à eficiência dos  
230 sistemas de esgotamento sanitário foram  
especializadas em mapas temáticos: coleta de  
esgoto sanitários; tratamento de esgotos sanitários;  
remoção de fósforo; remoção de nitrogênio;  
remoção de coliformes termotolerantes. O Sr.  
235 Sidnei apresentou também os mapas de prioridades  
para o tema Garantia de Suprimento Hídricos,  
referentes a estudos de áreas para mananciais  
alternativos, reuso da água e controle de perdas;  
bem como para o tema Conservação, Recuperação  
240 e Restrição visando Recomposição Florestal e do  
Saneamento Rural. Quanto ao Plano de Ações, foi  
estruturado segundo seis temas estratégicos:  
Enquadramento dos Corpos Hídricos, Garantia de  
Suprimento Hídrico e Drenagem, Conservação e  
245 Uso do Solo e da Água no Meio Rural e  
Recomposição Florestal, Águas Subterrâneas,  
Educação Ambiental, Integração e Difusão de  
Pesquisas e Tecnologias, e Gestão de Recursos  
Hídricos. A partir da divisão inicial em temas  
250 estratégicos, as 120 (cento e vinte) ações do Plano  
foram divididas em 20 (vinte) eixos temáticos, com  
a subdivisão em 47 (quarenta e sete) programas,  
cuja execução contabiliza previsão de investimentos  
de R\$ 7.620.294.231,41 (sete bilhões, seiscentos e  
255 vinte milhões, duzentos e noventa e quatro mil,  
duzentos e treze reais e quarenta e um centavos), nos  
próximos 15 (quinze) anos. Desses recursos, previu-se  
a destinação de 91,67% (noventa e um por cento  
e sessenta e sete centésimos) para o tema estratégico  
260 Enquadramento dos Corpos de Água Superficiais.  
Desconsiderando-se os investimentos deste tema,  
verifica-se que os demais requerem investimentos  
de R\$ 635,1 milhões (seiscentos e trinta e cinco  
milhões e cem mil reais). Visando orientar sua  
265 execução, as ações foram priorizadas como de  
“muito alta prioridade” 39 (trinta e nove) ações, 36  
(trinta e seis) ações como de “alta prioridade”, 24  
(vinte e quatro) ações como de “média prioridade”,  
10 (dez) ações como de “baixa prioridade” e 11

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 9ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Realizada por videoconferência – 07/08/2020 – 09h30min

270 (onze) ações como de “muito baixa prioridade”. O documento é finalizado apresentando diretrizes para os instrumentos de gestão de recursos hídricos, bem como recomendações para os setores dos usuários, do poder público e da sociedade civil. Por fim, o Sr. Sidnei informou que são apresentados, também, arranjos institucionais voltados à implementação do plano, envolvendo atores nos Estados de São Paulo e de Minas Gerais e no Governo Federal, bem como atores locais. O Sr. Moretti agradeceu a explanação do Sr. Sidnei Agra e abriu espaço para o esclarecimento de dúvidas e a realização de considerações dos membros. Passou a palavra primeiramente para o Sr. Roberto Mario Polga, representante do Consórcio Piraí, que cumprimentou a todos e informou que, após conversa com o Sr. Eduardo Cuoco Léo, enviou vários comentários já realizados anteriormente, os gostaria de saber se foram apreciados e incluídos na versão final, agradecendo ao destaque dado à barragem do Ribeirão Piraí, cujas condicionantes referentes à emissão da Licença de Instalação (LI) junto à CETESB foram apontadas no plano, à questão do reuso, às simulações de balanço hídrico e à importância da priorização da ETE de Cabreúva, a montante do barramento do Piraí. Em seguida, o Sr. Moretti, passou a palavra ao Sr. Luiz Pannuti Carrara, representante da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON), que parabenizou a todos os envolvidos no Plano e sugeriu a inclusão de comentário relativo ao fato de que todo o trabalho de simulação do tempo de permanência do enquadramento foi feito utilizando-se como critério uma média de vazão, o que requer discussões no âmbito do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo (CRH) para ratificar metodologia de aferição do enquadramento que contemple tal conceito, uma vez que a fiscalização tende a considerar a vazão mínima. O Sr. Pannuti sugeriu, também, uma revisão para os valores do parâmetro Fósforo Total em resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), principalmente para os rios que não contribuam com reservatórios, possibilitando sua remoção pelo tratamento biológico, uma vez que hoje os níveis de remoção requeridos pela legislação só são possíveis com tratamento físico-químico de custo elevado. Em seguida, a palavra foi passada ao Sr. Luiz Eduardo Gregolin Grisotto, coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), que parabenizou a todos os envolvidos na elaboração do plano e comentou sobre os desafios para sua

implementação, que se conjugam às dificuldades de financiamento resultantes da pandemia, as quais tendem a persistir, e ao advento do novo marco do saneamento. Questionou sobre como se dará o planejamento das ações necessárias, frente à escassez de recursos existentes. Na sequência, o Sr. Tadeu Fabricio Malheiros, coordenador da Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisa e Tecnologias (CT-ID), questionou se com o ciclo de execução do plano o orçamento final poderá sofrer alguma alteração significativa em relação aos investimentos já realizados durante o período de elaboração do plano, uma vez que a base de dados utilizada data de 2017. Questionou também sobre como se dará o acompanhamento da execução do Plano no âmbito da plataforma de suporte a decisão. Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Petrus Bartholomeus Weel, representante da Prefeitura Municipal de Holambra/SP, que alertou quanto à questão da macrodrenagem, que sofre grande influência da zona rural e que contribui para as inundações na cidade, informando que já fez o envio de contribuições sobre o assunto e questionando se ainda seria possível a utilização das informações enviadas. Na sequência, o Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio PCJ, parabenizou pelo trabalho realizado. Atentou para que as condições hídricas verificadas atualmente demonstram que as previsões do Plano estão corretas e também para o fato de que, devido ao cenário atual, a estrutura de investimentos deverá ser reformulada. Solicitou que fosse informado sobre as prioridades essenciais para a sobrevivência da comunidade das Bacias PCJ que constam do Plano, informando, também, que nessa semana foi assinada a Ordem de Serviço (OS) para o início das obras da Barragem de Duas Pontes em Amparo/SP, fato a comemorar por tratar-se de um dos pilares de sustentação da revisão ora apresentada. Em seguida, o Sr. José Luiz Albuquerque Filho, coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS), parabenizou o esforço de todos e questionou se foi realizada a revisão das prioridades das ações elencadas na tema estratégico Águas Subterrâneas, proposta pela CT-AS. Na sequência, o Sr. Flavio Forti Stenico, representante do Consórcio PCJ, cumprimentou a todos e parabenizou os envolvidos no trabalho, agradecendo o fato de todas as solicitações do Consórcio PCJ relativas à inserção de textos e análises terem sido atendidas pelo Consórcio Profill-Rhama e pela Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB). Também ressaltou a

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 9ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Realizada por videoconferência – 07/08/2020 – 09h30min

importância dos reservatórios de Pedreira, Duas Pontes e Piraí para o aumento da disponibilidade hídrica, bem como da conservação da bacia de contribuição para a represa do Salto Grande, em Americana/SP. Informou, também, que o Consórcio PCJ vem desenvolvendo ações através de grupo voltado à discussão sobre a revitalização do Ribeirão Quilombo, temática também incorporada ao Plano de Bacias como iniciativa a ser incentivada. Comentou sobre a importância de deixar clara no Plano de Bacias a necessidade das vazões liberadas pelo Sistema Cantareira para as Bacias PCJ, questionando o Sr. Sidnei Agra se as disposições constantes do Plano sobre o tema atendem a tal objetivo. Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Hugo Marcos Piffer Leme, representante da ASSEMAE, que parabenizou a equipe que colaborou com a elaboração do Plano e comentou que, na última reunião da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB), solicitou que constasse do plano uma referência ao estudo realizado pela empresa Engecorps sobre o abastecimento dos municípios da Bacia do Rio Corumbataí, finalizado recentemente, cujas obras e ações previstas não puderam ser incluídas na atual versão do Plano, sugerindo que as mesmas sejam incluídas em uma próxima revisão. Por não haver mais inscritos para o uso da palavra, o Sr. Moretti a devolveu para o Sr. Sidnei, a fim de esclarecer aos presentes, solicitando também a colaboração, nesta tarefa, do Sr. Eduardo Léo, responsável pelo acompanhamento e coordenação dos trabalhos pela Agência das Bacias PCJ. O Sr. Sidnei agradeceu aos elogios feitos pelo Sr. Roberto Mario Polga, ressaltando a importância dos cuidados com a bacia do Ribeirão Piraí para a viabilização da barragem como efetiva alternativa para o abastecimento público da região, contexto no qual se enquadram as condicionantes do licenciamento ambiental da obra e a priorização da realização de tratamento terciário na ETE em implantação no município de Cabreúva/SP, a montante do reservatório. Ressaltou, também, que todas as contribuições encaminhadas foram acolhidas e que, somente a questão referente ao reuso de água ainda será discutido com Agência da Bacias PCJ para verificar a forma de encaminhamento. Quanto à questão levantada pelo Sr. Luiz Pannuti Carrara, informou que na avaliação da qualidade foi utilizada a vazão média registrada ao longo do ano de 2020 (Item 22.22 linhas 13.412 a 13.416). No tocante às metas de performance para as ETEs, informou se tratarem de eficiências médias e projetadas para os anos

430 futuros (anos 2025, 2030 e 2035), conforme metodologia descrita em detalhe no documento, destacando que foi realizada ressalva, no Plano, de que a fiscalização considere as vazões alteradas. Ainda em relação às metas para as ETEs, o Sr. Sidnei informou que o quadro 22.9, do capítulo 22 (vinte e dois) do relatório, apresenta os índices de eficiência no tratamento por ETE nos cenários para os anos de 2020, 2025, 2030 e 2035, sendo apresentadas, no quadro seguinte, as médias de eficiência consideradas como metas para os municípios. Informou, também, em relação à proposta de revisão de regulamentação do CONAMA, que o Plano apresenta duas recomendações para os Comitês PCJ. Uma para que os colegiados, em articulação com os setores usuários, encaminhem proposta ao CONAMA para discussão sobre disposições das Resoluções nº 359/2005 e nº 357/2005, e outra tratando sobre a permanência do enquadramento. Em resposta ao Sr. Luiz Eduardo Gregolin Grisotto, o Sr. Sidnei informou que será necessário rever em breve os cenários de financiamento para os projetos propostos. Ressaltou, porém, que já foi realizada uma reformulação em relação à versão apresentada em fevereiro, no tocante a aspectos de execução e do financiamento das ações, desenvolvida mediante solicitação da Agência das Bacias PCJ. Foram revistas as fontes de recursos a serem utilizadas para cada ação, de modo a permitir a possibilidade de utilização das fontes de recursos das Cobranças e do FEHIDRO de acordo com a disponibilidade, bem como realizado um escalonamento em etapas quinquenais para a realização dos investimentos em saneamento. Explicou que o plano apresenta um fluxograma, detalhado a partir do porte das ETEs, da necessidade de *retrofit*, reconstrução ou a construção de uma nova unidade, em função das demandas para o atendimento do enquadramento nos trechos onde estão localizadas, com o referido escalonamento de investimentos. Solicitando a palavra, o Sr. Eduardo Léo complementou que é tarefa dos Comitês PCJ fomentar o alcance desses objetivos, e que a CT-PB possui uma agenda de trabalho para discutir um modelo para a gestão da implementação do Plano, a ser elaborado para organizar os trabalhos referentes à implementação das ações. Destacou que dentro de um horizonte de 15 (quinze) anos é plausível a reorganização de ações e que já há instrumentos para a sua formalização, quando necessária, tais como o plano de ação e programa de investimento (PA/PI) e os Relatórios de Situação, que têm a função de

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 9ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Realizada por videoconferência – 07/08/2020 – 09h30min

pequenas correções e ajustes para as decisões do programa de investimentos. Em resposta ao Sr. Tadeu Fabricio Malheiros, o Sr. Sidnei informou que a temporalidade da base de dados foi uma preocupação do Consórcio Profill-Rhama, em razão de o diagnóstico inicial datar de 2016 e da dinâmica da bacia ter envolvido a realização de obras inicialmente não previstas. Informou que, nesse sentido, foram levantadas juntos aos prestadores de serviços de saneamento todas as obras que estariam prontas até o ano de 2020, trabalhando, assim, com um cenário de 2020 consolidado com essas informações, não havendo, dessa forma, o risco de considerar obras já concluídas. Informou também que todos os mapas gerados através de simulações do balanço hídrico ou de enquadramento são produtos do SSD-PCJ, *software* que funciona por meio de acesso *online*, devendo tais análises serem publicadas oportunamente. Em resposta ao Sr. Petrus Bartholomeus Weel, agradeceu as contribuições e concordou que o “Caderno Rural-Florestal” é de grande importância para a bacia, uma vez que dá destaque para o saneamento rural, drenagem e controle de poluição difusa, ressaltando que as contribuições serão contempladas na versão a ser disponibilizada para a apreciação na reunião plenária. Informou também ao Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz que o cenário atual de incertezas em relação à cobrança pelo uso dos recursos hídricos pode sim causar o adiamento de alguns investimentos e que seria difícil elencar um pequeno número de demandas essenciais para o plano, pois há muitas importantes. Em seguida, respondeu ao Sr. José Luiz Albuquerque Filho que os ajustes de prioridade indicados pela CT-AS já estão contemplados na versão em análise. Em seguida, o Sr. Sidnei agradeceu ao Sr. Flavio Forti Stenico pelas palavras, concordando que a execução do plano de bacias trata-se efetivamente de um grande desafio, ainda mais considerando o período histórico que estamos vivendo. Destacou que o plano possui uma diretriz relativa à revisão da outorga do Sistema Cantareira. O Sr. Sidnei informou ao Sr. Hugo Marcos Piffer Leme que será feito o registro das conclusões do estudo realizado pela Engecorps na versão final do plano de bacias. O Sr. Eduardo Léo complementou informando que ficou nominalmente apontada no texto a necessidade de inclusão, na próxima revisão, de resultados de estudos realizados tanto na bacia do Rio Corumbataí como na bacia do Rio Atibaia. Ressaltou que a partir da aprovação do Plano, serão organizadas atividades para avaliar a evolução de

535 indicadores nas bacias, com foco em quais obras estarão ou não em andamento, permitindo as correções necessárias durante a execução do plano. Destacou que o trabalho da CT-PB, de maneira pioneira, está prevendo uma discussão para a gestão da implementação do Plano de Bacias e registrou que foram recebidas algumas considerações referentes a correções de texto, as quais serão encaminhadas ao Consórcio Profill-Rhama, visando adequações para a versão a ser apreciada na reunião plenária. Ressaltou, também, que a inauguração da ETE Boa Vista, citada pelo Sr. Paulo Tínel, exemplifica a necessidade de internalização de uma dinâmica de constante verificação do programado e das obras em andamento, para os ajustes finos do Plano no curso de sua implementação. Na sequência, o Sr. Moretti agradeceu ao Sr. Sidnei e ao Sr. Eduardo Leo pelos esclarecimentos e deu prosseguimento a reunião. Finda a apresentação, o Sr. Moretti apresentou aos membros a minuta de deliberação que “Aprova o Relatório Final e o Relatório Síntese do ‘Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para o período de 2020 a 2035’ e dá outras providências”, informando que quando da aprovação pelos Plenários dos Comitês PCJ, a Secretaria Executiva providenciará a divulgação do referido relatório à Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi) da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA), aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais (CERH-MG) e de São Paulo (CRH-SP) e ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Ressaltou que o Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para o período de 2020 a 2035 revoga o plano anterior, aprovado por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 108/2011 de 31/03/2011. Na sequência, questionou os presentes se havia alguma consideração referente ao conteúdo da minuta o Relatório Final e do Relatório Síntese do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá 2020-2035. A Sr<sup>a</sup>. Raquel Eliana Metzner, coordenadora-adjunta da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB), informou não haver considerações por parte da Coordenação da CT-PB e questionou também aos membros da CT-PB se haveria manifestações. Não havendo manifestações, o Sr. Moretti submeteu a proposta à votação pelos membros da CT-PL e da CT-PB que, por unanimidade, aprovaram sem alterações a minuta de deliberação, o Relatório Final e o Relatório Síntese

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 9ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Realizada por videoconferência – 07/08/2020 – 09h30min

do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí 2020-2035. O Sr. Moretti agradeceu a presença de todos que participaram em algum momento na elaboração do Plano. Registrou a presença e passou a palavra ao Sr. Damião Aparecido Couto, Presidente do CBH-PJ1, e à Sr<sup>a</sup>. Laene Fonseca Vilas Boas, Secretária-executiva Adjunta do CBH-PJ1. O Sr. Damião se declarou feliz pelo trabalho realizado em conjunto com os Comitês PCJ. Na sequência, o Sr. Sidney Rosa, Secretário-executivo do CBH-PJ1, fez registro sobre a contribuição dos membros da porção mineira e a participação ativa dos técnicos do IGAM na construção do Plano de Bacias. **4. Apreciação do Plano de Ação e o Programa de Investimentos (PA/PI) para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2020 a 2023:** O Sr. Moretti explicou que o PA/PI é uma exigência do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo (CRH-SP) e que neste ano já foi aprovada uma versão preliminar do PA/PI por meio de deliberação *ad referendum*, baseada no conteúdo de versão disponível, naquela ocasião, do Relatório Final do plano. Contudo, tendo em vista que no tempo decorrido entre a publicação da *ad referendum* e a presente data foram realizados ajustes no Plano das Bacias PCJ, faz-se necessária a aprovação de nova versão do PA/PI, em consonância com a versão final do plano, ora apreciada. Explicou que, em síntese, são necessários ajustes na planilha que constitui o anexo da minuta de deliberação, os quais foram realizados com base nos valores apresentados no plano, os quais passarão a constituir a orientação de investimentos para aplicação dos recursos do FEHIDRO. Na sequência, passou a palavra para a Sr<sup>a</sup>. Aline Doria de Santi, Analista Técnica da Coordenação de Sistemas de Informação da Agência das Bacias PCJ, que explicou que o PA/PI é um instrumento que detalha os recursos financeiros do FEHIDRO e que existem três deliberações do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) que dispõem sobre o instrumento: a) A Deliberação CRH nº 146/2012, que contempla a relação de ações previstas para a realização no quadriênio a que se refere, bem como a estimativa dos recursos financeiros necessários para o seu desenvolvimento e suas respectivas fontes; b) A Deliberação CRH nº 159/2014, que define a distribuição dos recursos financeiros do FEHIDRO e avalia o Plano de Ação e o respectivo Programa de Investimento (PA/PI), conjunto que deverá ser aprovado por deliberação específica do

CBH; c) A Deliberação CRH nº 188/2016, que define que os investimentos relativos à receita do FEHIDRO devem estar em consonância com as prioridades estabelecidas no plano de bacia hidrográfica. O programa de investimentos deve estar em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros do FEHIDRO estimada no Plano Plurianual (PPA) do Estado de São Paulo, devendo os valores financeiros serem atualizados anualmente de acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA). Informou que já houve a aprovação de um PA/PI em março de 2020, por meio da Deliberação Conjunta *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 110/2020, bem como uma atualização em maio de 2020, por meio da Deliberação Conjunta *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 114/2020. A minuta em discussão constitui nova atualização em função de ajustes advindos da última versão do Relatório Final do plano de bacias. Destacou que, no plano, há um horizonte de planejamento de quinze anos, onde as ações foram priorizadas, havendo indicação de diferentes períodos e prazos de execução para as ações. O PA/PI é um detalhamento para os quatro anos a serem executados até 2023, que pode ser atualizado anualmente, desde que seguindo as prioridades definidas no plano de bacias. No PA/PI estão também apontadas as fontes de recurso que financiarão cada uma das ações a serem realizadas no referido quadriênio. O anexo da minuta de deliberação em pauta possui 22 (vinte e duas) ações a serem financiadas com recursos do FEHIDRO, assim considerados os recursos da cobrança paulista e os da compensação financeira paulista, totalizando R\$ 94,6 milhões (noventa e quatro milhões e seiscentos mil reais) até 2023. Foram elencadas 68 (sessenta e oito) ações a serem realizadas com recursos da cobrança federal e outras fontes, totalizando R\$ 925 milhões (novecentos e vinte e cinco milhões de reais) até 2023. A estrutura do PA/PI é um modelo padrão disponibilizado pela Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi) da SIMA-SP, o qual deve ser utilizado por todos os CBHs paulistas, com vistas a permitir a avaliação, pela coordenadoria, da aplicação de recursos do FEHIDRO em consonância com o previsto no plano de bacias. A Sr<sup>a</sup> Aline reiterou, por fim, conforme já explicitado, que as informações do PA/PI devem ser atualizadas anualmente de acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado de São Paulo e aprovados em deliberações específicas dos Comitês PCJ. Retomando a palavra, o Sr. Moretti que informou que o PA/PI pode ser considerado um

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

**Ata da 9ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB**

**Realizada por videoconferência – 07/08/2020 – 09h30min**

695 instrumento com foco voltado ao planejamento dos  
gastos dos recursos do FEHIDRO em relação aos  
Planos de Bacias e que a Coordenadoria de  
Recursos Hídricos (CRHi), conjuntamente com o  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH),  
estão buscando implementá-lo de modo a dar mais  
força para os Planos de Bacias. Assim, todos os  
comitês de bacias do Estado de São Paulo estão  
aprovando seus PA/PIs. Na sequência, o Sr. Moretti  
questionou aos membros sobre dúvidas e passou a  
palavra para o Sr. Luiz Eduardo Gregolin Grisotto,  
representante da ABES-SP e coordenador-adjunto  
da CT-SA, que questionou se haveria alguma  
atualização referente à apropriação de recursos do  
FEHIDRO por decreto e se o fato de as ações já  
estarem elencadas no plano de bacias trariam  
alguma segurança quanto à sua aplicação, uma vez  
que a Câmara Técnica de Saneamento está  
trabalhando com o foco em implementar esses  
projetos mesmo com a perspectiva de  
contingenciamento de recursos. Na sequência, o Sr.  
Moretti passou a palavra para o Sr. Miguel  
Madalena Milinski, representante da AAMHOR,  
que atentou para a aprovação do Plano de Bacias, no  
qual há previstas 120 (cento e vinte) ações e que o  
PA/PI contempla apenas 90 (noventa),  
questionando se está correto. O Sr. Eduardo Léo  
respondeu ao Sr. Grisotto que à Fundação Agência  
das Bacias PCJ cumpre a função de apresentar as  
previsões de disponibilidade anual dos recursos do  
FEHIDRO. O planejamento para a aplicação desses  
recursos é proposto no plano de bacias, havendo  
sempre espaço para adequações em função do  
montante de recursos que efetivamente são  
disponibilizados, seja por arrecadação da cobrança,  
seja por definição da cota-parte dos recursos da  
compensação financeira destinada anualmente pelo  
CRH ao CBH-PCJ. Grande parte dos projetos  
discutidos com as câmaras técnicas são realizados  
com recursos da cobrança federal, cujo instrumento  
de planejamento operacional é o Plano de Aplicação  
Plurianual (PAP-PCJ). Em relação ao  
questionamento do Sr. Miguel Milinski, informou  
que as ações elencadas no PA/PI são para o período  
de 2020 a 2023 e que no Plano de Bacias, as ações  
estão planejadas para o período de 2020 a 2035, por  
isso a diferença no número de ações. A Srª. Aline  
complementou informando que muitas das ações  
planejadas têm início neste quadriênio e serão  
executadas até 2035. A Srª. Elaine Franco de  
Campos, coordenadora de Projetos da Agência das  
Bacias PCJ, complementou que, em relação à  
dúvida do Sr. Grisotto, no início do ano, os Comitês

PCJ tiveram uma diminuição dos recursos  
disponíveis referentes a saldos do FEHIDRO, sendo  
necessário fazer ajustes para a distribuição de  
recursos entre os empreendimentos inscritos no  
processo de distribuição de recursos vigente à  
época. Não havendo mais manifestações, o Sr.  
Moretti submeteu a votação a minuta de deliberação  
em análise, relativa ao Plano de Ação e o Programa  
de Investimentos (PA/PI) para a gestão dos recursos  
hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2020 a  
2023, tendo sido a mesma aprovada por  
unanimidade, sem alterações. 5. Encerramento:  
Nada mais havendo a tratar, o Sr. Moretti agradeceu  
a presença de todos e deu por encerrada a 9ª Reunião  
Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB. Em  
razão da invasão do link da reunião por usuários  
mal-intencionados, um novo link para a reunião foi  
gerado e enviado aos membros para que adentrem  
à sala virtual onde será realizada a 53ª Reunião  
Extraordinária da CT-PL.

*Raquel Eliana Metzner*  
Coordenadora-adjunta da CT-PB

*Luiz Roberto Moretti*  
Coordenador da CT-PL